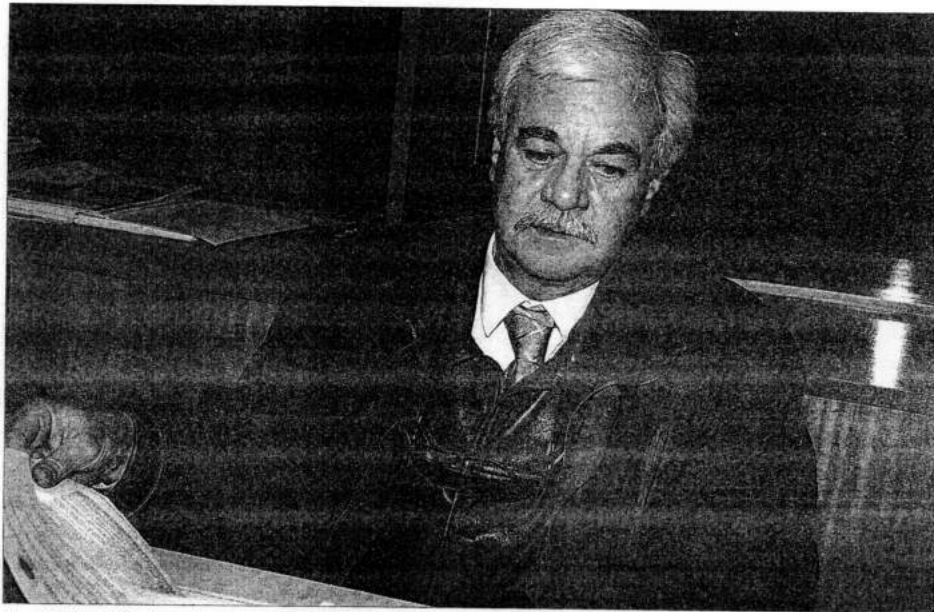


# Sindicato contesta política do director regional Veterinários do Norte temem pela garantia da qualidade alimentar

O discurso é aparentemente alarmista, mas os argumentos apresentados dão que pensar. Eduardo Andrade Pires, líder do Sindicato dos Veterinários, e Manuel José Afonso, presidente da Delegação Regional Norte da Ordem dos Veterinários (com sede em Braga) pintam um cenário bastante preocupante relativamente à actividade dos Médicos Veterinários Inspectores Sanitários. De acordo com estes dois responsáveis, as estratégias recentemente adoptadas pela tutela estão a pôr em causa níveis adequados de protecção ao consumidor, através da salvaguarda da saúde animal e da segurança dos produtos alimentares. Em última instância, afirmam estes veterinários, é a saúde pública que está em risco.



Eduardo Pires defende maior autonomia dos serviços de veterinária

Daniel Lourenço  
Avelino Lima

Os problemas, de acordo COM Eduardo Andrade Pires, são vários, quer ao nível da «organização dos recursos» técnicos e humanos, quer ao nível de «uma lógica económica» que não respeita as

boas práticas de higiene e segurança. «Caminhamos para o total desnortheio na organização dos serviços e das equipas de médicos veterinários inspetores sanitários», afirma o responsável sindical, acrescentando que «o mecanismo de rotatividade» dos veterinários inspetores sani-

tários, recentemente introduzido pelo director dos Serviços de Veterinária do Norte «é duvidoso, aumenta os custos e reduz a produtividade». E, segundo Eduardo Pires, nem sequer colhe a concordância das maiores associações de produtores.

O país e esta região em particular não têm grandes problemas de falta de médicos veterinários inspetores. De acordo com os números da Ordem, Portugal tem mais de 4400 médicos veterinários. Mas, «cada vez mais, desenvolvem a actividade no sector privado, porque é mais rentável», afirmam. A estes dados, o Sindicato acrescenta que só na região de Entre Douro e Minho «cerca de 60 por cento dos inspetores veterinários têm vínculo precário à Administração Pública», situação que contribuiu para a migração dos veterinários para fora do sector público.

«Não estão a respeitar-se as condições de trabalho nem de especialização dos médicos veterinários inspetores sanitários. Em termos laborais, a prática de rotatividade de implémentada [pelo Di-

rector dos Serviços de Veterinária da Região Norte] não é compensada com o pagamento de subsídios ou abonos de deslocação», algo que a lei obriga, mas actualmente não é cumprida garantem os veterinários. Perante este cenário, começa a ser difícil haver condições para a «realização de auditorias a unidades industriais ou licenciamentos de unidades pecuárias».

## Trabalho integrado e mais autonomia

Sindicado dos Veterinários e Ordem, apesar de entidades diferentes e de âmbitos dife-

rentes, têm uma visão idêntica dos problemas e apontam mais ou menos as mesmas soluções tendo em vista as melhores condições de trabalho e, consequentemente, das condições de segurança alimentar e saúde pública.

A actividade do médico veterinário está fundamentalmente virada para as questões da saúde pública e centrada no controlo dos animais. «É um controlo que deve ser integrado e que começa desde o estábulo até à mesa do consumidor. E isso inclui também trabalho sobre animais mortos: nomea-

damente a forma de se destruir as carcaças e descobrir por que razão morreu», explicam.

Para que este trabalho atinja os exigidos «parâmetros de exigência e excelência», o Sindicato defende que «à semelhança de Lisboa e Porto, que têm serviços de veterinária autónomos, independentemente das autarquias», este modelo fosse implementado em localidades «de média dimensão como Braga», por exemplo.

«Um bom exemplo de integração e autonomia foi feito recentemente em Trás-os-Montes, pela Câmara de Vinhais, que exemplo entendeu que as actividades de agropecuária e de ambiente deviam ser entregues a uma estrutura autónoma mas integrada, com veterinários e outros técnicos», revela Eduardo Pires, defendendo o alargamento deste modelo, pelo menos, «nas localidades que já o justifiquem pelo número de entidades ligadas à exploração animal, seja pecuária, indústria ou só transformação e consumo». Esta entidade integrada e independente «é a solução».

## Associação de S. José (IPSS)

(Creche – Jardim de Infância  
ATL – Lar de Jovens “Mães Solteiras”)

Tendo chegado ao conhecimento desta Instituição que o seu nome tem sido abusivamente utilizado em peditórios na rua e de porta em porta, cumpre-nos informar que a Associação de S. José, não realiza peditórios nem sorteios.

A Associação aceita donativos daqueles que o queiram e possam fazer, na sede da mesma Instituição, com a emissão do respectivo recibo e comprovativo de doação.

**É burla, todo e qualquer peditório realizado em nome da Instituição, com a finalidade de ajudar os utentes que acolhemos.**

“

**Ao nível da produção, pedimos um sistema de epidemio-vigilância que possa, o mais precocemente possível, conter uma doença episódica.**

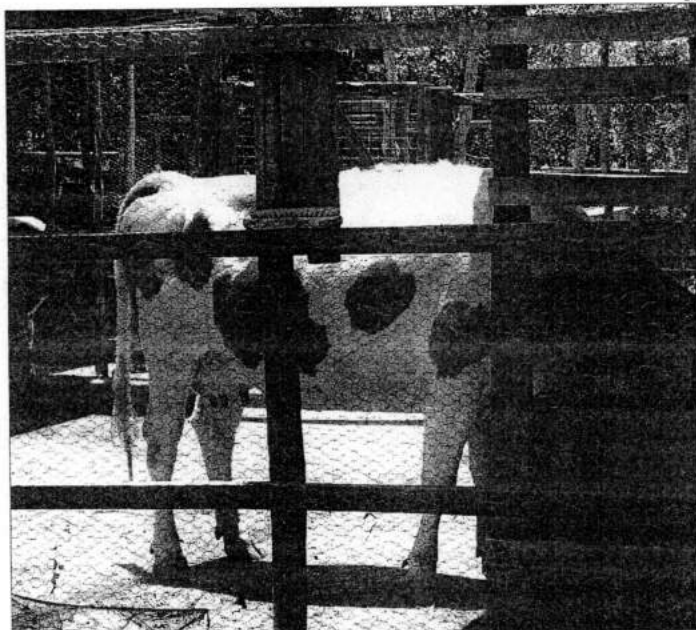
”

# Sindicato dos Veterinários diz que o cenário já foi melhor «Nível da inspecção sanitária é apenas suficiente»

Daniel Lourenço

A inspecção sanitária veterinária em Portugal e particularmente no Norte já conheceu melhores dias. Quem o garante é o presidente do Sindicato dos Veterinários. «Eu diria que já estivemos melhor e neste momento o nível da inspecção sanitária veterinária é apenas suficiente», afirma Eduardo Pires, sem receio que o intitulem de alarmista. «Tendo em conta os meios existentes actualmente, digo que é apenas suficiente», reafirma.

Segundo o Sindicato, tem havido grandes transformações profissionais na última década, levando a que, hoje em dia, a maioria esmagadora dos veterinários estejam a trabalhar no sector privado. «Hoje em dia, dos mais de 4300 médicos veterinários em Portugal, apenas 25 por cento estão afectos à Administração Pública, quando há



Veterinários avisam que, actualmente, os riscos para a saúde pública estão a aumentar

ministro pode dizer que só 18 veterinários foram para o Quadro da Mobilidade Es-

ca como é isso é feito. Há incentivos para que os melhores não fujam para o sector privado?», questiona o líder do Sindicato.

Perante este quadro, a questão é quase inevitável: há motivos para alarme, em termos de saúde pública? A resposta é inequívoca e sem receios. «Há sempre motivos para alarme, porque é impossível prever e conter um problema a cem por cento. É preciso ter a noção que a actividade veterinária é de muitíssima responsabilidade, pois um erro pode levar a uma epidemia, ou a intoxicação alimentar numa escola, por exemplo, que, em caso extremo, pode até causar um óbito, o que é muito complicado», alerta Eduardo Pires, realçando que, as «medidas economicistas» do Governo estão a fragilizar o sistema de controlo e vigilância da qualidade alimentar.

Para explicar melhor o cenário, Eduardo Pires dá como exemplo um hipotético surto de gripe das aves, que, do seu ponto de vista «não é assim tão improvável» como se possa pensar. «A ameaça está

latente e pode ter implicações na saúde pública. Outras doenças, como a febre aftosa não terá efeitos directos na saúde pública, mas têm implicações terríveis na economia, nomeadamente na indústria agropecuária. Se os serviços não estiverem muito alerta e a trabalhar no terreno como deve ser, pode acontecer algo como na Inglaterra, embora Portugal esteja melhor preparado que eles. Na Grã-Bretanha, o surto de seis meses de febre aftosa teve mais custos para a economia que os 10 anos de BSE. Ninguém acredita mas é assim, pois teve variadíssimas implicações indirectas. Num país como o nosso, se chegarmos a uma situação de vários focos de aftosa, será uma desgraça», avisa, reafirmando que «os riscos são reais».

## Sindicato quer clarificar suspeitas de fraude e corrupção na região Norte

O Sindicato dos Veterinários está preocupado com uma nuvem de suspeitas de fraude e corrupção envolvendo os ma-

tadours e os veterinários. Segundo Eduardo Pires, «nunca foi feita nenhuma acusação por parte dos Serviços Veterinários da Região Norte, nem existe qualquer documento» com esse teor, mas o Sindicato e os veterinários desta região têm ouvido coisas que põem em causa a honradez da sua actividade.

Os veterinários dizem que têm ouvido coisas estranhas relacionadas com os abates. «Parece que há suspeita de uma máfia, um esquema de corrupção porque nesta região a taxa de rejeição dos animais nos matadouros é inferior a outras regiões do país. Nós sabemos muito bem o porquê da situação, porque trabalhamos no terreno: quanto os abates nesta região são maioritariamente de animais jovens é normal que a taxa de rejeição seja muito reduzida», explica o líder do Sindicato.

E com o objectivo de «clarificar a situação e de acabar de vez com as dúvidas», o Sindicato vai pedir que seja criada uma comissão de fiscalização, bipartida ou tripartida com elementos da ordem, do Ministério e das associações de consumidores para «efeitos de clarificação e de sossego do consumidor e preservação do bom nome dos veterinários».

## As confusões entre fiscalização e controlo

A actividade da ASAE e dos veterinários afectos à Direcção de Veterinária

têm criado algumas confusões na opinião pública, essencialmente ao nível da intervenção no terreno. Segundo o presidente do Sindicato dos Veterinários, algumas dessas confusões derivam da própria letra da lei, cujo léxico considera pouco rigoroso. «O problema começa logo no léxico utilizado, pois tudo se resume a uma questão de semântica. Uma coisa é fiscalização, outra é controlo e outra é inspecção. Isto está definido internacionalmente na FAO-OMS, não somos nós que inventamos. Há problemas vertidos na própria legislação, o que conduz a grandes confusões. Se as definições são usadas indiscriminadamente na própria letra da lei, dificilmente há entendimento. Muitas das dificuldades resultam destas incongruências e falta de rigor semântico», explica Eduardo Pires.

O líder do Sindicato prevê que a organização da actividade, a seu tempo, tenderá a normalizar. Para já, uma coisa é clara para o Sindicato: a fiscalização está muito bem entregue à ASAE. «Porque é uma autoridade com competência criminal e, no âmbito da sua actividade, achamos bem que a ASAE tenha alguns veterinários. Mas não são os médicos veterinários do Ministério da Agricultura que fazem acções de fiscalização, estes fazem controlo, que é diferente», afirma.

“

**Na Grã-Bretanha, o surto de seis meses de febre aftosa teve mais custos para a economia que os 10 anos de BSE (...) Num país como o nosso, se chegarmos a uma situação de vários focos de aftosa, será uma desgraça.**

”

dez anos o cenário era o contrário. Actualmente, a maior parte está na indústria farmacêutica ou a exercer em clínicas privadas, porque é uma actividade muito mais rentável», explica.

Eduardo Pires prevê que, perante a actual política do Ministério da Agricultura o êxodo continue. «O senhor

especial. Mas desse grupo, 14 voluntariaram-se. E porquê? Porque não se sentem com as melhores condições para trabalhar. O Ministério quer mais exigência, quer avaliação de desempenho e cumprimento de metas mais ambiciosas. Em doutrina, nós concordamos com tudo isso, mas queremos ver na práti-

Oftalmologia Pediátrica  
Estrabismo  
Doenças dos olhos das crianças



**Dr.ª Sandra Guimarães**  
Médica Especialista

Clinicis - Rua de Santiago nº 12 - 4700-039 Braga

Tel.: 253 221 253

Oftalcode - Av. Boavista nº 2121, 2º - 4100-133 Porto

Tel.: 225 430 080

Clinica Oftalmológica - Rua Nova de Santana nº 58, 1º - 4900-530 Viana do Castelo

Tel.: 258 809 780